

**Grupo Parlamentar  
Bloco de Esquerda  
Açores**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ADMITIDO, NÚMERO E S

PUBLICAÇÃO

Baixa e Comprovação: *de Palócia Gera*

Para parecer até 2010/01/14  
2009/12/04

O Presidente,

*[Assinatura]*

Excellência,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A DEPUTADO

Deputado: *[Assinatura]*

2009/12/04

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Assembleia  
Legislativa da Região Autónoma  
dos Açores

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES

De-se conhecimento ao Governo

2009/12/04

O Presidente,

*[Assinatura]*

Assunto: Projecto de Decreto Legislativo Regional - Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de Agosto de 2009.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa e a V. Ex.ª, para efeitos de admissão, o Projecto de Decreto Legislativo Regional - Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de Agosto de 2009. Este Projecto de Decreto Legislativo Regional observa os requisitos formais de acordo com o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Ponta Delgada, 4 de Novembro de 2009

A Presidente do Grupo Parlamentar do BE/Açores

*Zuraida Soares*

(Zuraida Soares)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ARQUIVO

Entrada 4570 Proc. N.º 105

Data 09/12/09

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Título: Projecto de Decreto Legislativo Regional

Assunto: Alteração ao D.L.R. n.º 34/2008/A, de 28 de  
Julho, com as alterações introduzidas pelo D.L.R.  
n.º 15/2009/A, de 6 de Agosto de 2009

Envio: 19/2009 de 09/12/09

Análise: 105

LEGISLAÇÃO

*[Assinatura]*



Grupo Parlamentar  
Bloco de Esquerda  
Açores



## PROJECTO DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

**Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho de 2008 (Regras especiais da contratação pública na Região Autónoma dos Açores), com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de Agosto de 2009.**

O Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A veio estabelecer regras especiais de contratação pública para a Região Autónoma dos Açores, as quais decorrem do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, o qual aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP).

É reconhecido no preâmbulo do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, não só o carácter inovador do CCP, como também remete para o legislador regional a responsabilidade de considerar, neste sector, a realidade da Região Autónoma dos Açores. Nesse sentido, justificou-se a necessidade de adaptar a regulamentação emanada do CCP.

Por outro lado, o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, o qual aprova o CCP é elucidativo, quando discrimina as potencialidades desta nova regulamentação nacional, sendo que uma dessas potencialidades é o maior rigor no regime respeitante aos "trabalhos a mais".

A presente alteração ao Decreto legislativo Regional, visa assegurar que se reponha este rigor ao estabelecer um limite máximo de 5% no preço contratual na alínea b) do n.º 1 do artigo 23.º A constante derrapagem dos preços das obras públicas é condenável, para além do encargo para o erário público é factor potenciador da falta de transparência na gestão da coisa pública, minando a democracia e a confiança dos cidadãos.

O laxismo apresentado pelo diploma regional é objectivamente um catalisador da menor responsabilidade na preparação técnica dos empreendimentos a montante e da incúria da fiscalização a jusante, abrindo as portas a práticas menos abonatórias e contraditórias ao rigor que se exige na gestão da coisa pública.

A realidade geomorfológica do arquipélago não justifica um majorante de 25% no preço contratual. Ao invés, exige um maior rigor nos estudos a realizar nas obras públicas.



Grupo Parlamentar  
Bloco de Esquerda  
Açores



Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e dos artigos 114.º e 115.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresenta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição, e dos artigos 37.º e 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, as seguintes alterações ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho de 2008, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de Agosto de 2009.

### **ALTERAÇÃO DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL**

**Alterações ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho de 2008, alterado pelo Decreto Legislativo n.º 15/2009/A de 6 de Agosto de 2009.**

#### **Artigo 1.º**

1. O artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho de 2008, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de Agosto de 2009, passa a ter a seguinte redacção:

#### **Artigo 23.º**

##### **Trabalhos a mais**

1. [...]

a) [...]

b) O preço atribuído aos trabalhos a mais, somado ao preço de anteriores trabalhos a mais e deduzido do preço de quaisquer trabalhos a menos, não exceder 5% do preço contratual;

c) [...]

d) O limite previsto na alínea b) é elevado para 25% quando estejam em cause obras cuja execução seja afectada por condicionalismos naturais com especiais características de imprevisibilidade, nomeadamente as obras aeroportuárias, marítimo - portuárias e outras obras complexas do ponto de vista geotécnico, em especial a construção de túneis.



Grupo Parlamentar  
Bloco de Esquerda  
Açores



2. *Caso não se verifique alguma das condições previstas no n.º 1, os trabalhos a mais devem ser objecto de contrato celebrado na sequência de procedimento adoptado nos termos do disposto no título I da parte II do Código dos Contratos Públicos.*

#### Artigo 2.º

#### Produção de efeitos

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte à sua publicação e produz efeitos à data da respectiva aprovação.

Ponta Delgada, 4 de Novembro de 2009

A Presidente do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores

(Zuzalda Soares)